

SUSPENSÃO DE SEGURANÇA Nº 3.101 - RS (2019/0164772-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : MUNICIPIO DE CANOAS
ADVOGADO : ROBSON CARVALHO RODRIGUES - RS079297
REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
INTERES. : ANGELA MARINA TREIB E OUTROS
ADVOGADOS : JÉSSICA TREIB CARDOSO - RS108438
JULIANO LEOTE DE JESUS - RS111585

DECISÃO

O MUNICÍPIO DE CANOAS requer a suspensão de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) que deu provimento ao Agravo de Instrumento n. 70079963294 para permitir aos conselheiros tutelares locais o cumprimento de carga de trabalho de 6 horas diárias e de 30 horas semanais.

Na origem, os conselheiros tutelares impetraram mandado de segurança para impugnar o Ofício Municipal n. 1.563/2018, que fixara carga de trabalho de 8 horas diárias para os servidores em questão, tendo a liminar pleiteada sido indeferida.

Contra tal decisão, os impetrantes interpuseram agravo de instrumento, que foi provido, tendo sido determinada “a manutenção da carga horária até então exercida, diante da ausência de lei municipal estabelecendo a carga horária a ser cumprida” (fl. 309).

Daí o presente pedido de contracautela, em que o requerente alega que “a decisão que determinou o cumprimento de jornada de apenas 6 horas diárias não dispõe que base legal, visto que a Lei Municipal que trata do Conselho Tutelar de Canoas não fixou tal jornada, bem como porque a legislação municipal fixa a jornada dos servidores municipais em 8 horas diárias” (fl. 6).

Sustenta que a redução da jornada de trabalho dos conselheiros tutelares causa lesão à ordem pública e à segurança dos menores, pois “afeta o atendimento que deve ser dispensado àqueles que procuram o conselho tutelar” (fls. 7-8).

É o relatório. Decido.

O deferimento da suspensão de liminar é condicionado à demonstração da ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas. Seu

requerimento é prerrogativa de pessoa jurídica que exerce *munus* público, decorrente da supremacia do interesse público primário sobre o particular.

Ademais, esse instituto processual é providência extraordinária, sendo ônus do requerente indicar e comprovar na inicial, de forma patente, que a manutenção dos efeitos da medida judicial que busca suspender viola severamente um dos bens jurídicos tutelados, pois a ofensa a tais valores não se presume.

Na espécie, não foi comprovada a alegada violação de nenhum dos bens protegidos pela legislação de regência.

Verifica-se que o requerente não comprovou **concretamente** a alegada lesão à ordem e à segurança públicas, não bastando para tanto a menção genérica de que a redução da jornada de trabalho dos conselheiros tutelares afeta o atendimento àqueles que procuram o conselho tutelar.

Ademais, o que a decisão impugnada determinou não foi a redução da jornada dos conselheiros tutelares do município, mas a manutenção da jornada que já vinha sendo realizada por referidos servidores, não se verificando, para identificar grave lesão, alteração do quadro fático em exame.

Segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, para o deferimento do pedido de suspensão, é imprescindível a cabal demonstração de que a manutenção da decisão impugnada tem o condão de obstaculizar a efetiva prestação dos serviços de interesse público, o que não ocorreu na espécie.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NA SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. INEXISTÊNCIA. DISCUSSÃO DE MÉRITO DA AÇÃO PRINCIPAL. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO DE SUSPENSÃO INDEFERIDO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Consoante a legislação de regência (v.g. Lei n. 8.437/1992 e 12.016/2009) e a jurisprudência deste Superior Tribunal e do c. Pretório Excelso, somente é cabível o pedido de suspensão quando a decisão proferida contra o Poder Público puder provocar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

II - *In casu*, a Agravante não demonstrou, de modo preciso e cabal, a grave lesão à ordem e à economia públicas, **sendo insuficiente a mera alegação de que a manutenção do decisum atacado teria o condão de provocar prejuízos à prestação do serviço público** (Precedente).

Agravo regimental desprovido. (AgRg na SLS n. 1.659/PB, relator Ministro Felix Fischer, DJe de 22/5/2013, grifei.)

AGRAVO INTERNO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. PARALISAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS. CONTRACAUTELA INDEFERIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O pedido de suspensão visa à preservação do interesse público e supõe a existência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, sendo, em princípio, seu respectivo cabimento alheio ao mérito da causa. É uma prerrogativa da pessoa jurídica de direito público ou do Ministério Público decorrente da supremacia do interesse público sobre o particular, cujo titular é a coletividade, cabendo ao postulante a efetiva demonstração da alegada ofensa grave a um daqueles valores.

2. **É indispensável para a comprovação de grave lesão à economia pública o demonstrativo analítico do colapso nas contas, ou seja, a possibilidade de o cumprimento imediato da decisão inviabilizar as funções estatais - dados que deixaram de ser expostos no presente agravo interno.**

3. Espécie em que o Poder Público não está desassistido, pois tem à sua disposição meios administrativos para contornar as consequências advindas da execução imediata do acórdão objeto do pleito de contracautela.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt no RCD na SS n. 2.893/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 27/11/2017, grifei.)

Quanto à argumentação de que a legislação municipal fixa a jornada dos servidores municipais em 8 horas diárias, constata-se que o requerente suscita questão relacionada ao fundo da controvérsia, que deve ser discutida nas instâncias ordinárias e em vias processuais próprias.

No presente feito, por seus estritos limites, não é possível analisar matérias concernentes ao mérito. O pedido suspensivo destina-se a tutelar tão somente grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou à economia públicas, não podendo ser utilizado como se sucedâneo recursal fosse, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. ALEGAÇÃO DE QUE A EXPOSIÇÃO DO GRUPO ECONÔMICO ACARRETARIA IMPACTOS CONTRATUAIS E FINANCEIROS IRREPARÁVEIS. RISCO DE GRAVE LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS NÃO DEMONSTRADO EMPIRICAMENTE. EFEITO MULTIPLICADOR QUE NÃO SE PRESUME. **DISCUSSÃO DE QUESTÕES**

REFERENTES AO MÉRITO DA CAUSA PRINCIPAL, DE NOTÓRIA SOFISTICAÇÃO: IMPOSSIBILIDADE, SALVO SE IMBRICADAS COM OS REQUISITOS DA PRÓPRIA VIA SUSPENSIVA, VOCACIONADA A PROTEGER APENAS OS BENS TUTELADOS NA LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

7. A análise do fundo da causa originária, em princípio, não constitui atribuição jurisdicional da Presidência desta Corte, se não for imbricada com os requisitos da própria via suspensiva - vocacionada a tutelar apenas os preceitos previstos na legislação de regência. É possível um mínimo juízo de delibação sobre a questão meritória somente quando se confunde com o exame da violação da ordem, saúde, segurança ou economia públicas. Todavia, no caso, a causa principal versa sobre controvérsia revestida de complexidade e que não se refere a tais bens, razão pela qual não pode ser apreciada no presente feito.

8. Agravo interno desprovido. Pedido de reconsideração prejudicado. (AgInt na SLS n. 2.228/RJ, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 24/8/2018, grifei.)

Ante o exposto, **indefiro o pedido de suspensão.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente